

O Congresso de Collor

*Luiz Orlando Carneiro **



Embora seja ainda um pouco cedo para prever como se reorganizarão as forças político-partidárias representadas no Congresso, em face da eleição

de Collor de Mello e da derrota da frente ampla das esquerdas que se armou em torno de Lula da Silva, já há indicações de que o presidente eleito contará, em março, com o apoio de uma razoável maioria no Parlamento.

Deputados do PFL que trabalharam em seus estados pela candidatura Collor começam a fazer as contas em cima de uma prévia eleitoral realizada nos três últimos dias de novembro, pelo jornal Congresso Nacional, tablóide editado em Brasília. Dos 413 parlamentares que "votaram" na pesquisa (70% do Congresso), 192 (46,5%) preferiram Collor e 180 (43,5%) optaram por Lula. Os votos em branco e nulos não passaram de 10%.

Aos 192 parlamentares que escolleram Fernando Collor devem ser somados 12 dos 23 representantes do PRN no Congresso que estavam fora de Brasília quando a pesquisa foi realizada. A bancada *collorida* no Congresso teria, assim, no mínimo, uma base de 204 integrantes, a maioria, certamente, do PFL — legenda que abriga ainda 96 deputados e 13 senadores.

Outras contas que estão sendo feitas por deputados ligados a Collor de Mello procuram aferir o tamanho da provável bancada de oposição ao presidente eleito. O núcleo dessa oposição será formado, evidentemente, pelos 128 parlamentares dos partidos assumidamente de esquerda que integraram a Frente Brasil Popular (PSDB, PDT, PT, PSB, PCB e PC do B). O PMDB — a maior bancada partidária no Congresso, com 171 deputados e 31 senadores — não deverá contribuir para a oposição sistemática ao governo Collor de Mello com mais do que 120 congressistas, segundo estimativas de deputados do PFL.

Fora as duas maiores legendas, os partidos confessionais de esquerda e as minúsculas siglas *colloridas* ligadas ao PRN (PSC, PTR, PST), há ainda

a considerar, em qualquer cálculo, 92 congressistas que se destacam ou se escondem em agremiações políticas menores, mas nada desprezíveis.

É o caso do PDS do senador Jardim Passarinho e dos deputados Delfim Neto e Amaral Neto; do PTB do senador Afonso Camargo e do deputado Gastone Righi; do PL dos deputados Afif Domingos, Álvaro Valle e Adolfo Oliveira; do PDC do senador Mauro Borges e dos deputados Siqueira Campos e Borges da Silveira.

Os nomes citados são alguns dos mais conhecidos e atuantes, no Congresso, registrados em siglas partidárias que, bem ou mal, abrigam contingentes significativos de parlamentares. As bancadas do PDS (31), do PTB (25), do PL (18) e do PDC (18) são maiores do que as representações do PT (16), do PSB (8), do PC do B (6) e do PCB (3). E tudo leva a crer que a grande maioria dos deputados e senadores do PDS, do PTB, do PL e do PDC tenda mais para a nova situação do que para a oposição.

Assim é que os primeiros levantamentos feitos por deputados do PFL fazem prever a possibilidade de formação de um bloco numeroso de sustentação parlamentar ao novo governo, a partir da adesão do PFL, do PDS e dos outros partidos não-esquerdistas, e da inevitável implosão do PMDB de Miguel Arraes e Roberto Cardoso Alves, de Waldir Pires e Iris Resende.

Resta ver se Collor de Mello, que fez campanha denunciando, entre outras coisas, a prática política tradicional, considerando-se acima dos partidos, e querendo "transformar a democracia representativa em democracia participativa", vai conseguir a rendição incondicional da maioria do Congresso, exibindo, apenas, o cheque em branco assinado pela maioria absoluta dos eleitores que foram às urnas no último dia 17.

Deputados nordestinos, acostumados a conviver com sua realidade regional, em que a política se resume à dicotomia situação-oposição, avisam que o presidente eleito terá maioria no Congresso, desde que não se envolva nas lutas estaduais do ano entrante — ano em que estará em jogo a sobrevivência de 495 deputados e 25 senadores (13 do Senado).